

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. José de Souza Campos, 507
5º andar | Edifício Toulon | Cambuí
Campinas | SP | Brasil

T +55 19 2042.1036

Aos Administradores e Acionistas da
Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante em R\$ 2.846.295 mil individual e R\$ 2.847.849 mil consolidada, decorrente da sua dívida com instituições financeiras classificadas em sua totalidade no passivo circulante pelo descumprimento das obrigações relativas às cláusulas restritivas existentes nos contratos de financiamentos, bem como dívidas junto ao poder concedente, fornecedores, entre outros. Também incorreu em prejuízo de R\$ 407.583 mil e patrimônio líquido negativo de R\$ 195.768 mil, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia encontra-se em fase de reorganização financeira e operacional, onde em maio de 2018 entrou com pedido de recuperação judicial, sugerindo a readequação dos fluxos de pagamento priorizando o pagamento de obrigações essenciais à operação do negócio e à manutenção do Contrato de Concessão. Até a data de emissão deste parecer o processo encontra-se na fase de agendamento de assembleia para concretização do plano de recuperação e aceitação junto aos credores, nesta fase, a Companhia está suspensa de todos os débitos, amparada pelo artigo 6º combinado com o artigo 49 da Lei nº 11.101/05 de recuperação judicial. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 não contem ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto, e nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Ênfase

Processo administrativo – Caducidade da Concessão

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 1 e 31, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), através do ofício datado de 02 de outubro de 2017, notificou a Companhia sobre a instauração de procedimento administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar na caducidade da concessão, previsto pela Lei nº 8.987/95 e pelo Contrato de Concessão de Aeroportos nº 003/ANAC/2012-SBKP. A Companhia realizou o pedido de interdito proibitório para continuação das operações aeroportuárias, onde foi deferido pelo juiz. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

Os valores correspondentes as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, cujo relatório de auditoria datado em 23 de abril de 2018, continha ressalva relacionada ao descumprimento das obrigações relativas às cláusulas restritivas existentes nos contratos de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2018 o montante de empréstimos e financiamentos foram classificados pela administração em sua totalidade para o passivo circulante. Também foi apresentado um parágrafo sobre a Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e ênfase sobre caducidade da concessão, respectivamente objetos de mesma menção neste exercício.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações individual e consolidada do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 11 de abril de 2019



Élica Daniela da Silva Martins
CT CRC 1SP-223.766/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.741	81.608	35.740	81.608
Aplicações financeiras	5	198.408	222.008	198.408	215.335
Clientes	6	34.419	66.855	34.419	66.745
Estoques	-	4.818	4.440	4.807	4.415
Partes relacionadas	7	8.687	6.589	9.784	8.371
Impostos a recuperar	8	68.439	68.303	68.236	68.145
Despesas antecipadas	9	3.002	7.816	3.002	7.816
Adiantamento a fornecedores	-	9.494	2.771	9.494	2.771
Outros ativos circulantes	-	1.740	1.164	1.740	1.144
Total do ativo circulante		364.748	461.554	365.630	456.350
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	2.255	-	2.255
Depósitos e cauções	-	31.800	6.272	31.800	6.272
Impostos a recuperar	8	19.852	79.198	19.852	79.198
Investimentos	10	-	-	122	218
Imobilizado	11	3.062	3.526	3.021	3.481
Intangível	12	5.526.960	5.661.356	5.526.948	5.661.337
Total do ativo não circulante		5.581.674	5.752.607	5.581.743	5.752.761
Total do ativo		5.946.422	6.214.161	5.947.373	6.209.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	2.395.823	245.041	2.395.823	245.041
Salários e encargos	14	16.515	16.895	16.504	16.884
Fornecedores	15	111.645	106.302	111.036	105.746
Impostos a recolher	18	30.859	34.696	30.222	34.053
Outorga a pagar	19	481.054	408.123	479.366	406.535
Partes relacionadas	7	18.365	6.582	23.750	6.585
Taxas aeroportuárias	21	143.405	134.801	143.405	134.801
Outros passivos	-	13.377	130.821	13.373	130.821
Total do passivo circulante		3.211.043	1.083.261	3.213.479	1.080.466
Empréstimos e financiamentos	13	-	2.242.108	-	2.242.108
Outorga a pagar	19	2.722.554	2.507.511	2.722.554	2.507.511
Impostos a recolher	18	77.643	71.604	76.098	69.450
Impostos diferidos	17	38.293	38.340	38.278	38.278
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	22	16.425	11.857	16.393	11.818
Outros passivos	-	76.232	106.465	76.339	106.465
Total do passivo não circulante		2.931.147	4.977.885	2.929.662	4.975.630
Patrimônio líquido negativo	23				
Capital social	-	1.586.500	1.527.700	1.586.500	1.527.700
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	400	400	400	400
Prejuízos acumulados	-	(1.782.668)	(1.375.085)	(1.782.668)	(1.375.085)
Patrimônio líquido negativo atribuível aos acionistas controladores		(195.768)	153.015	(195.768)	153.015
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		5.946.422	6.214.161	5.947.373	6.209.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	24	693.267	586.233	693.267	586.230
Custo dos serviços prestados	25	(516.194)	452.823	(516.155)	(452.149)
Lucro bruto		<u>177.073</u>	<u>133.410</u>	<u>177.112</u>	<u>134.081</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(54.291)	(80.858)	(54.280)	(80.921)
Resultado de equivalência patrimonial	10	-	-	(96)	(693)
Outras receitas e despesas operacionais	27	6.438	946.860	6.438	(946.860)
Prejuízo (lucro) antes das receitas e despesas financeiras		<u>129.220</u>	<u>894.308</u>	<u>129.174</u>	<u>(894.393)</u>
Receitas financeiras	28	19.590	29.215	19.474	28.216
Despesas financeiras	28	(556.440)	542.279	(556.231)	(541.228)
		(536.850)	513.064	(536.757)	(513.012)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(407.630)</u>	<u>(1.407.372)</u>	<u>(407.583)</u>	<u>1.407.405</u>
Imposto de renda e contribuição social – correntes	17	-	(33)	-	-
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	16	47	-	-	-
		47	(33)	-	-
Prejuízo do exercício		<u>(407.583)</u>	<u>(1.407.405)</u>	<u>(407.583)</u>	<u>1.407.405</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício	(407.583)	(1.407.405)	(407.583)	(1.407.405)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(407.583)</u>	<u>(1.407.405)</u>	<u>(407.583)</u>	<u>(1.407.405)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social			Adiantamentos para futuro aumento de capital	Reservas de lucro (prejuízo)			Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		Legal	Retenção de lucros (prejuízos)	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.586.500	(172.235)	1.414.265	-	9.841	22.479	-	1.446.585
Transações de capital com os sócios								
Integralização de capital	-	113.435	113.435	-	-	-	-	113.435
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	400	-	-	-	400
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.407.405)	(1.407.405)
Destinação do prejuízo								
Absorção do prejuízo pelas reservas de lucro	-	-	-	-	(9.841)	(22.479)	32.320	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.586.500	(58.800)	1.527.700	400	-	-	(1.375.085)	153.015
Transações de capital com os sócios								
Integralização de capital	-	58.800	58.800	-	-	-	-	58.800
Capital a integralizar	142.000	(142.000)	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(407.583)	(407.583)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.728.500	(142.000)	1.586.500	400	-	-	(1.782.668)	(195.768)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos fluxos de caixas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(407.583)	(1.407.405)	(407.583)	(1.407.405)
Ajuste para reconciliar o lucro ao caixa utilizado nas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	151.210	113.726	151.199	113.711
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(47)	-	-	-
Atualização monetária da outorga a pagar (IPCA-IBGE)	124.780	88.436	124.780	88.436
Recomposição do ajuste a valor presente da outorga a pagar	118.879	116.931	118.879	116.931
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	96	693
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.639)	(35)	(3.638)	53
Provisão para contingências	4.568	5.782	4.575	5.757
Provisão / (reversão) para perda por redução ao valor recuperável	(6.438)	946.840	(6.438)	946.840
Juros provisionados	164.183	273.889	164.183	273.889
Outros ativos baixados	3	5	3	5
	145.916	138.169	146.056	138.910
Variações nos ativos operacionais				
Depósitos vinculados	-	(2.818)	-	(3.154)
Clientes	36.075	(16.638)	35.964	(19.149)
Estoques	(378)	373	(392)	372
Partes relacionadas	(2.098)	(399)	(1.413)	417
Impostos a recuperar	59.210	49.935	59.255	49.919
Despesas antecipadas	4.814	64	4.814	64
Depósitos e cauções	(25.528)	(5.114)	(25.528)	(5.114)
Adiantamentos de fornecedores	(6.723)	(1.428)	(6.723)	(1.428)
Outros ativos	(576)	7.965	(596)	7.960
Variação nos passivos operacionais				
Fornecedores	5.343	(7.825)	5.290	(7.693)
Salários e encargos sociais	(380)	(5.144)	(380)	(4.670)
Impostos a recolher	2.202	28.351	2.817	29.538
Partes relacionadas	11.783	(46)	17.165	(45)
Taxas aeroportuárias	8.604	44.785	8.604	44.785
Outorga a pagar	44.315	(128.290)	44.215	(128.406)
Outros passivos	(147.677)	163.686	(147.574)	163.504
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(180.988)	(239.831)	(180.988)	(239.831)
Fluxo de caixa líquido gerado (utilizados) nas atividades operacionais	(46.086)	25.795	(39.414)	25.979
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	25.855	(2.255)	19.182	(2.255)
Aquisição de bens do imobilizado	(471)	(418)	(471)	(418)
Aquisição de intangível	(9.444)	(12.783)	(9.444)	(12.783)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(15.940)	(15.456)	(9.267)	(15.456)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	58.800	113.435	58.800	113.435
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	400	-	400
Empréstimos e financiamentos amortizados	(74.521)	(52.702)	(74.521)	(52.702)
Fluxo de caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	(15.721)	61.133	(15.721)	61.133
Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(45.867)	71.472	(45.868)	71.656
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	81.608	10.136	81.608	9.952
No final do exercício	35.741	81.608	35.740	81.608
	(45.867)	71.472	(45.868)	71.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita gerada:	799.834	679.671	799.835	679.473
Receita de serviços prestados	800.839	670.736	800.839	670.626
Receita de construção - OCPC 05	2.634	8.900	2.634	8.900
Provisão para perda de crédito esperadas	(3.639)	35	(3.638)	(53)
Insumos adquiridos de terceiros:	(302.778)	(1.261.612)	(302.762)	(1.261.304)
Custos dos serviços prestados	(280.105)	(256.272)	(280.089)	(256.153)
Custos de construção - OCPC 05	(2.634)	(8.900)	(2.634)	(8.900)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(16.779)	(20.157)	(16.779)	(20.101)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	6.438	(946.840)	6.438	(946.840)
Outros	(9.698)	(29.443)	(9.698)	(29.310)
Valor adicionado bruto	497.056	(581.941)	497.073	(581.831)
Depreciação e amortização	(151.210)	(113.737)	(151.199)	(113.724)
Valor adicionado líquido	345.846	(695.678)	345.874	(695.555)
Valor adicionado recebido em transferência	19.590	29.215	19.378	27.523
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(96)	(693)
Receitas financeiras	19.590	29.215	19.474	28.216
Valor adicional total a distribuir	365.436	(666.463)	365.252	(668.032)
Distribuição do valor adicionado	365.436	(666.463)	365.252	(668.032)
Pessoal	85.823	95.361	85.813	94.931
Remuneração direta	56.147	64.622	56.147	64.338
Benefícios	25.377	26.148	25.367	26.108
FGTS	4.299	4.591	4.299	4.485
Impostos, taxas e contribuições	130.763	103.317	130.796	103.229
Federais	95.646	74.141	95.688	74.068
Estaduais	28	89	28	89
Municipais	35.089	29.087	35.080	29.072
Remuneração de capital de terceiros	556.433	542.264	556.226	541.213
Despesas financeiras	556.440	542.279	556.231	541.228
Aluguéis	(7)	(15)	(5)	(15)
Remuneração de capitais próprios – Prejuízo do exercício	(407.583)	(1.407.405)	(407.583)	(1.407.405)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia foi constituída em 25 de julho de 2011 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com a razão social de “Santa Clara Participações e Investimentos S.A.”, tendo por objetivo a participação, como sócio ou cotista em sociedades empresariais ou civis e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e no capital de outras sociedades.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2012, a razão social da Companhia foi alterada para Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial (“Viracopos” ou “Companhia”), e na Assembleia Geral Extraordinária de 24 de maio de 2012, foi alterado a objeto social para uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) tendo como objeto exclusivo, nos termos do Edital de Concorrência Pública Internacional de nº 002/2011 (“Leilão”), e do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), as seguintes atividades:

- (i) A prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no Município de Campinas, Estado de São Paulo;
- (ii) A constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades econômicas que gerem receitas não tarifárias compreendidas no seu objeto, que de acordo com o contrato de concessão sejam descentralizadas;
- (iii) A importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;
- (iv) O exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

Em 14 de junho de 2012, a Companhia assinou com a ANAC o contrato de concessão para a operação, manutenção e a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos em Campinas durante 30 anos.

A sede social da empresa está localizada na Rodovia Santos Dumont Km 66, S/N, Prédio Administrativo no bairro Parque Viracopos na cidade de Campinas no estado de SP.

A Companhia tem os seguintes acionistas: **(i)** Aeroportos Brasil S.A. (acionista privado), que detém 51% de participação; **(ii)** Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero (“Infraero”), que detém 49% de participação. Essa participação acionária foi determinada através do acordo de acionistas celebrado em 24 de maio de 2012.

O acionista privado formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório do Leilão possui a seguinte composição acionária: Triunfo Participações e Investimentos S.A. – TPI (48%) Companhia registrada na CVM; UTC Participações S.A. – UTC (48%) Companhia fechada; e Egis Airport Operation (4%) Companhia fechada.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia deverá pagar à União Federal ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da Concessão, uma contribuição fixa anual no montante R\$ 127.367 (reajustado anualmente pelo IPCA-IBGE), totalizando o montante de R\$ 3.821.000. Além da contribuição fixa, a contraprestação pela concessão compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita operacional bruta anual da Companhia e de suas eventuais subsidiárias integrais. Caso exceda a um determinado nível fixado no contrato, esse percentual será de 7,5% sobre o excedente.

Nos termos do contrato de concessão, a Companhia assumiu todas as responsabilidades e encargos relacionados à elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários à conclusão da infraestrutura para a exploração do aeroporto, exceto pelas obras do poder público identificadas no Anexo 3 do contrato de concessão.

A concessão para exploração será extinta nos casos de: **(a)** término da vigência do contrato; **(b)** retomada da concessão pelo poder público durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização; **(c)** caducidade da concessão; **(d)** rescisão do contrato; **(e)** anulação do contrato; ou **(f)** falência ou extinção da Companhia.

Os investimentos no Aeroporto Internacional de Viracopos iniciaram em agosto de 2012, com o objetivo de entregar o novo terminal com capacidade para 25 milhões de passageiros (Terminal 1), pontes de embarque para 28 aeronaves, e edifício garagem (EDG) com capacidade para 4.000 veículos e obras viárias de acesso. Em 14 de novembro de 2012, iniciou-se o estágio III do contrato de concessão quando a Companhia passou a operar o aeroporto com acompanhamento da INFRAERO, ficando sob sua responsabilidade as receitas, despesas e riscos das atividades do aeroporto. Em 14 de fevereiro de 2013, a Companhia passou a operar o aeroporto assumindo toda responsabilidade pelas operações aeroportuárias.

Em 23 de abril de 2016, o Novo Terminal de Passageiros (NTPS) passou a operar todos os voos das companhias aéreas do Aeroporto de Viracopos.

Em 02 de janeiro de 2018, a INFRAERO integralizou o montante residual correspondentes à R\$ 58.800, mantendo o capital na mesma proporção de constituição da Companhia.

Plano de recuperação judicial

Em 07 de maio de 2018, a Companhia protocolou o pedido de Recuperação Judicial buscando sua continuidade operacional.

A Companhia informou aos seus usuários, fornecedores, parceiros e ao mercado em geral que apresentou no Foro de Campinas, o Plano de Recuperação Judicial (“Plano de RJ”), cumprindo os prazos legais previstos nos processos de recuperação judicial. O Plano de RJ propõe direcionar a totalidade do fluxo de caixa da concessão para o pagamento e quitação dos créditos abrangidos na Recuperação Judicial de Viracopos (“RJ”). Os pleitos de reequilíbrio financeiros feitos por Viracopos, na medida em que forem deferidos, serão destinados ao pagamento suplementar dos credores financeiros. A Concessionária busca preservar os ativos da União e equacionar sua situação financeira, de modo a assegurar a continuidade das atividades, a manutenção de milhares de postos de trabalho (diretos e indiretos) e o recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e de seguridade social, expressivas aos cofres públicos. No Plano de RJ, Viracopos resguarda o Contrato de Concessão na sua integralidade. A Concessionária listou aproximadamente R\$ 2,9 bilhões em créditos no seu pedido de RJ. Destes valores, o maior montante se refere a empréstimos e financiamentos (R\$ 2,7 bilhões). Os demais créditos que compõem este valor são trabalhistas e fornecedores. Já os créditos da ANAC são ilíquidos, principalmente pela existência dos pleitos de reequilíbrio, que somados chegam a R\$3,2 bilhões, a favor de Viracopos. O Plano de RJ sugere a readequação dos fluxos de pagamento para priorizar o pagamento de obrigações essenciais à operação do negócio e à manutenção dos pagamentos inerentes ao Contrato de Concessão. Todos os credores - como funcionários, fornecedores e bancos - serão pagos de maneira equilibrada, de acordo com a natureza de seu crédito. As operações do aeroporto seguem dentro da normalidade e a Concessionária continuará prestando os serviços de acordo com os níveis de qualidade e excelência que posicionaram Viracopos como o Melhor Aeroporto de Passageiros do Brasil (eleito por dez vezes) e o Melhor Aeroporto de Cargas do Mundo na categoria até 400 mil toneladas/ano. É importante reforçar que o aeroporto mantém os pagamentos dos empréstimos e financiamentos e principalmente, os salariais, em dia, através do caixa gerado nas suas operações, bem como o previsto para o próximo exercício, apesar da Companhia estar suspensa de todos os débitos, amparada pelo artigo 6º combinado com o artigo 49 da Lei nº 11.101/05 de recuperação judicial.

Adicionalmente, a Companhia protocolou três pedidos de recomposição do equilíbrio econômico e financeiro junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), referentes a: **(i)** Locação de espaço à Receita Federal do Brasil para alocação de carga em perdimento; **(ii)** Desapropriações de áreas previstas no Contrato de Concessão; e **(iii)** queda na demanda devido à crise econômica. O valor total pleiteado através dos pedidos monta aproximadamente R\$ 14.421 milhões, que reforçarão a capacidade de continuidade operacional do Aeroporto.

Processo de caducidade

Conforme consta no teor do Ofício nº 79/SRA/ANAC, datado de 02 de outubro de 2017, o processo administrativo foi instaurado para apurar descumprimentos de obrigações previstas no contrato de concessão pela concessionária (destacando-se a não recomposição da garantia de execução contratual).

Esse processo que foi instaurado poderia culminar na extinção antecipada do contrato de concessão, por declaração de caducidade. Por este fato, em maio de 2018 a concessionária, no processo de recuperação judicial por meio de decisão cautelar deferida pelo MM. Juízo da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas, obteve a suspensão do citado processo de caducidade instaurado pela ANAC.

No início de outubro de 2018 a decisão que suspendeu o processo de caducidade foi revogada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

Em dezembro de 2018, em ação ordinária revisional proposta pela Companhia, foi deferida medida cautelar pela 17ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, a qual determinou que a ANAC se abstenha de aplicar penalidades contratuais em face da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. - Em Recuperação Judicial, as quais tenham por natureza supostos inadimplementos de obrigações financeiras, incluindo a penalidade de caducidade da concessão, e de executar e/ou acionar as apólice de garantia de execução contratual.

A Administração entende que pelos fatos acima mencionados o processo instaurado pela ANAC fica suspenso até votação do plano que acontece na segunda quinzena do mês de maio de 2019, assegurando a continuidade operacional da Companhia.

Código de ética empresarial

Em adição a Aeroporto Brasil Viracopos S.A. – Em recuperação criou o código de conduta ética empresarial aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, tendo como objetivo a formalização das diretrizes éticas a serem observadas na empresa. Essas diretrizes têm a função de orientar o comportamento dos públicos interno e externo, com a finalidade de minimizar os conflitos éticos, ação ou omissão que possam ir contra os objetivos empresariais e comportamentais, reforçando desta forma a conduta ética estabelecida.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 11 de abril de 2019.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações (*impairment*), a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperadas assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não totalizar precisamente os valores apresentados.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Consolidação

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro:

(i) Controlada

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

(ii) Companhia consolidada

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

Controladas diretas	Controle direto do capital social %	
	31/12/2018	31/12/2017
Viracopos Estacionamento S/A Brasil	100,00%	100,00%

(b) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, a controlada e contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3. Políticas contábeis

3.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

3.2. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas da prestação de serviços são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuários. Uma receita não é reconhecida quando há alguma incerteza quanto à sua realização.

Receitas tarifárias

São receitas previstas no contrato de concessão e reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) destacadas a seguir:

a) Tarifa de embarque e conexão

São os valores cobrados referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas.

b) Tarifa de pouso

É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de pouso, decolagem, rolagem e permanência das aeronaves.

c) Tarifa de permanência

É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia do aeroporto a partir de três horas de pouso.

d) Tarifa de armazenagem

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de armazenamento, guarda e controle de mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

e) Tarifa de capatazia

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

Receitas não tarifárias

A Companhia poderá obter receitas não tarifárias em razão da exploração de atividades econômicas acessórias (cessão de áreas para locação, serviços de estacionamento e outros) nos termos do contrato, diretamente por meio de subsidiária integral ou mediante contratação de terceiros.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, descontadas dos pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações contábeis como contrapartida do ativo intangível.

Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A Administração da Companhia, através de estudo realizado, inicialmente adotou adicionar aos custos de construção 2% a título de margem. A partir de junho de 2016, a Administração realizou novo estudo e reduziu tal margem a um percentual de zero, considerando que tais contratações junto a terceiros já estão a valor justo.

3.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço de acordo com a receita tributável gerada.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social sobre lucros diferidos são gerados por prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que tem como objetivo regulamentar de forma permanente os efeitos tributários decorrentes dos ajustes. A Companhia não exerceu a opção antecipada para o ano-calendário de 2014, porém, a partir de 2015 com a entrada em vigor da Lei nº 12.973, todos os efeitos estão sendo oferecidos à tributação na medida em que forem realizados (Nota nº 16).

Impostos diferidos

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e têm a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia e de suas controladas. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos e partes relacionadas.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas utilizam a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e têm a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: **(a)** débitos com partes relacionadas; **(b)** fornecedores; e **(c)** outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia e por suas controladas são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

Em 2012, no reconhecimento inicial, a Companhia registrou o ajuste a valor presente sobre o valor da outorga a pagar, referente à concessão do Aeroporto de Viracopos. Como premissa para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia utilizou como taxa de desconto a nota do Tesouro Nacional, a NTN-B, com vencimento para 2045 com taxa de remuneração de 4,18% a.a., considerado como “papel” livre de risco.

3.6. Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição, os custos dos ativos incluem os encargos financeiros, despesas imputáveis, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo serão capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A baixa de imobilizado é realizada mediante a venda de um bem ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e a Companhia é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Aeroporto) pelos usuários, mesmo quando o retorno da Companhia tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão serão entregues (revertidas) ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo da concessão. O cálculo indicado é pela curva de demanda, com base em uma estimativa da curva de amortização que ofereça razoável confiabilidade.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis da concessão do Aeroporto é com base na curva de movimentação de passageiros/cargas (*workload unit – WLU*) projetadas até o final do prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a Companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

Contratos de concessão – direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01(R1))

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma:

- (a)** O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;

- (b)** O Poder Concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICPC 01(R1).

A infraestrutura dentro do alcance do ICPC 01(R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01(R1) não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do Poder Concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar os usuários do aeroporto.

Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. Os compromissos de construção estão detalhados na Nota nº 20.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a Companhia presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção.

A Administração da Companhia através de estudos e levantamentos internos identificou custos que só existem em função da obra do novo terminal de passageiros e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Companhia contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2013, margem de construção de 2% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. Após a finalização das obras, a Administração alterou a margem de construção para a zero.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

A Companhia inicialmente registra em seu intangível o total dos valores referentes ao direito de explorar a atividade do aeroporto (outorga) em contrapartida do passivo de longo prazo, e mantém no curto a parcela que deverá ser desembolsada anualmente em julho. O registro mencionado foi realizado com a aplicação do ajuste a valor presente no valor da dívida.

A Companhia ao longo de todo período da concessão deverá considerar os valores e efeitos da recomposição do ajuste a valor presente da outorga e o reajuste pelo IPCA-IBGE previsto em contrato de concessão, como acréscimos provenientes da dívida assumida para ter direito de explorar a infraestrutura aeroportuária e registrar contabilmente esses acréscimos em contrapartida do resultado.

3.8. Obrigação da concessão (concessão onerosa)

Em contraprestação pela concessão da exploração do Aeroporto, a Companhia pagará ao Poder Concedente contribuição fixa anual, reajustada anualmente pelo IPCA, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e de suas eventuais subsidiárias integrais, deduzido o montante em reais, resultante da aplicação da alíquota de 26,417%, sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia e deduzidos os cancelamentos, conforme descrito na Nota nº 20.

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia apenas se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Amortização do ativo intangível

Conforme citado na nota 3.7, na amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessão do aeroporto, tendo sido adotadas as curvas estimadas de movimentações de passageiros/cargas (*workload unit (WLU)*) como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados da *WLU*. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção dessa curva que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia pode constituir provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia pode reconhecer provisão para causas tributárias cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

3.11. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, é estimado o fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela Administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual.

Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em virtude dos prejuízos apresentados nos últimos exercícios, das operações gerarem um Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo e pela não concretização da demanda esperada para o Aeroporto de Viracopos, a Companhia possui indicativos de que o valor contábil de seus ativos possa exceder seu valor recuperável e que os benefícios econômicos futuros poderão não ser suficientes para sua recuperação. Desta forma, a Administração estimou o seu valor recuperável, através de uma estimativa formal, conforme previsto pelo pronunciamento técnico – CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos (Nota nº 12).

3.12. Despesas antecipadas

Referem-se aos prêmios de seguros pagos antecipadamente, lançadas no resultado mensalmente de acordo com a vigência das apólices de seguros.

3.13. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos:

- **IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros**

- (i) **Classificação e mensuração**

IFRS 9/CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos financeiros:

Reconhecimento e mensuração e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9/CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A partir de janeiro de 2018, os efeitos da aplicação do IFRS 9/CPC 48 residem na alteração das categorias de mensuração para cada classe de ativos financeiros, não tendo efeito significativo na classificação dos passivos financeiros, e ainda, no exercício de 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Impairment de ativos financeiros

O IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

A partir de janeiro de 2018, a Companhia aplicou os requisitos de redução ao valor recuperável do IFRS 9/CPC 48 e não houve a necessidade de constituição da perda esperada de crédito nem de qualquer provisão adicional para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018, já que não há evidência de perda de crédito com base no histórico da Companhia.

• IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente

IFRS 15/CPC 47 substituiu as atuais normas para o reconhecimento de receitas, o CPC 30 (R1)/IAS 18 (IASB – BV 2012) – Receitas e o CPC 17 (R1)/IAS 11 – Contratos de construção e interpretações e orientações técnicas relacionadas.

O IFRS 15/CPC 47 estabeleceu um modelo de cinco etapas para avaliação, determinação e reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, considerando que a receita somente será reconhecida quando o cliente obtiver o controle dos bens ou serviços, podendo ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, consoante cada contrato e obrigação de desempenho com cliente, e por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia adotou o IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, não teve impacto significativo na prática contábil atual de avaliação, apuração e reconhecimento das receitas (CPC 30 (R1)/IAS 18 e CPC 17 (R1)/IAS 11), relacionadas com os serviços de implantação e gestão, em regime de concessão da Companhia.

• IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

IFRS 16/CPC 06 (R2): estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.

A Companhia adotou o IFRS16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, e já avaliou e não terá efeitos significativos da sua aplicação inicial para as suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019. Ou seja, para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento (CPC 06 /IAS 17).

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	7.664	6.974	7.663	6.974
Aplicações em renda fixa	28.077	74.634	28.077	74.634
	35.741	81.608	35.740	81.608

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata.

5. Aplicações financeiras – Consolidado

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos vinculados (i)	198.408	222.008	198.408	215.335
Aplicações Financeiras (ii)	-	2.255	-	2.255
	198.408	224.263	198.408	217.590
Circulante	198.408	222.008	198.408	215.335
Não circulante	-	2.255	-	2.255
Total	198.408	224.263	198.408	217.590

- (i) O valor de R\$ 198.408 (R\$ 222.008 em 2017), consolidado, e o valor de R\$ 198.408 (R\$ 215.335 em 2017), controladora, refere-se a reservas monetárias em formação aplicadas em bancos de primeira linha, corrigidas pelo CDI, no valor de R\$ 63.861, para honrar os compromissos de empréstimos e a Contribuição Mensal (antigo ATAERO), previstos no contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) (Nota nº 13) supervisionada pelo agente fiduciário, R\$ 134.547 reservados para o pagamento de outorga fixa e variável, aplicadas para pagamento de obrigações da Viracopos Estacionamento S.A. (VESA). Os valores citados estão bloqueados e dependem de prévia anuência de todos os credores para serem liberados;
- (ii) O valor de R\$ 2.255 refere-se à aplicação financeira em renda fixa compromissadas, com risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata.

6. Clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Teca correntista (a)	14.416	19.887	14.416	19.887
Embarque e conexão (b)	8.391	21.778	8.391	21.778
Pouso e permanência (c)	10.630	13.569	10.630	13.569
Locação de espaços (d)	6.952	13.844	6.952	13.844
Estacionamentos (e)	18	126	1	-
	40.407	69.204	40.390	69.078
(-) Provisão para perda de crédito esperadas (f)	(5.988)	(2.349)	(5.971)	(2.333)
Total	34.419	66.855	34.419	66.745

- (a)** Recebíveis dos serviços de armazenagem, capatazia, acessórios, movimentação de mercadoria, logísticas e congêneres, e respectivos serviços de apoio;
- (b)** Contas a receber dos serviços aeroportuários para passageiros de embarque, conexões e respectivos serviços de apoio;
- (c)** Recebíveis dos serviços aeroportuários de pouso e permanência de aeronaves;
- (d)** Valor a receber referente à locação de espaços nas atividades exploradas por terceiros, inclusive estacionamento;
- (e)** Valor referente aos serviços de estacionamento e permanência de veículos;
- (f)** Constituição de provisão para títulos vencidos acima de 180 dias e em processos judiciais.

Incluso no contas a receber **(a)** “Teca correntista”, **(b)** “Embarque e conexão” e **(c)** “Pouso e permanência” o valor de R\$ 27.763 relativos a Contribuição Mensal e R\$ 176 ao Adicional de Tarifa Aeroportuária – ATAERO, PAN e PAT (Nota nº 21) a ser repassado ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	24.785	37.855	24.785	37.853
Vencidos				
De 1 a 30 dias	5.416	7.959	5.416	7.959
De 31 a 60 dias	561	1.693	561	1.693
De 61 a 90 dias	91	1.778	91	1.778
De 91 a 180 dias	1.161	5.730	1.161	5.730
De 181 a 360 dias	3.349	11.832	3.349	11.730
Acima de 360 dias	5.044	2.357	5.027	2.335
	40.407	69.204	40.390	69.078

Movimentação na provisão para perda de crédito esperadas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(2.349)	(2.384)	(2.333)	(2.280)
Adição de provisão para perda de crédito esperadas	-	(4.738)	-	(4.736)
Reversão de provisão para perda de crédito esperadas	(3.639)	4.773	(3.638)	4.683
	(5.988)	(2.349)	(5.971)	(2.333)

7. Partes relacionadas

As principais transações e saldos entre partes relacionadas em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativos	Passivo	Resultado	Ativos	Passivo	Resultado
Prestação de serviço						
Consórcio Construtor Viracopos (i)	1.128	-	-	687	-	-
Egis Airport Operation (ii)	-	1.379	-	-	1.140	-
Outros						
INFRAERO (iii)	7.121	16.964	(218)	5.812	5.420	-
Viracopos Estacionamentos S.A. (iv)	-	-	-	-	-	-
TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. (v)	-	22	-	-	22	-
Aeroportos Brasil S.A. (vi)	438	-	-	90	-	-
Total	8.687	18.365	(218)	6.589	6.582	-

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativos	Passivo	Resultado	Ativos	Passivo	Resultado
Prestação de serviço						
Consórcio Construtor Viracopos (i)	1.128	-	-	687	-	-
Egis Airport Operation (ii)	-	1.379	-	-	1.140	2
INFRAERO (iii)	7.121	16.964	(218)	5.812	5.420	-
Viracopos Estacionamentos S.A. (iv)	1.113	5.385	-	1.782	3	0
TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. (v)	-	22	-	-	22	-
Aeroportos Brasil S.A. (vi)	422	-	-	90	-	-
Total	9.784	23.750	(218)	8.371	6.585	2

- (i) **Consórcio Construtor Viracopos:** o Consórcio Construtor Viracopos (CCV) é formado pela Construtora Triunfo S.A. e a Constran S.A. A Companhia firmou com este consórcio dois contratos: o primeiro, em 28 de agosto de 2012, para prestação de serviços e fornecimentos preliminares (obras emergenciais de melhoria e apoio de engenharia) no valor de R\$ 69.000, e o segundo, em 1º de novembro de 2012, no valor de R\$ 2.065.042 para a implementação do novo terminal do Aeroporto de Viracopos na modalidade de contrato de prestação de serviços e fornecimentos em regime de empreitada global sob a modalidade *Engineering, Procurement, Construction* (EPC) – “*Turn Key-Lump Sum*” - das obras pertinentes à fase I-B do contrato de concessão. O valor adicionado ao intangível refere-se aos gastos incorridos nas obras, no exercício.

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2014, foi autorizada a celebração do “Aditivo ao Contrato de Construção”. Em 1º de dezembro de 2014, foi assinado o aditivo contratual estabelecendo que devido ao aumento da capacidade de processamento de passageiros foi necessário o aditivo de R\$ 176.427 referente a serviços e fornecimento não previstos quando da assinatura do contrato e de R\$ 602.174 por modificações de projetos, totalizando R\$ 778.601, cuja data base refere-se a setembro de 2012.

- (ii) **Egis Airport Operation:** refere-se ao contrato de prestação de serviços técnicos, prestação de apoio, suporte e/ ou assistências gerenciais e operacionais, limitados à apresentação dos “*deliverables*”. Esse contrato aprovado por deliberação ocorrida em 18 de março de 2014 pelo Conselho de Administração, com base em um orçamento de € 1.841 mil euros, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014 e o término dos serviços ocorrerá nos prazos previstos, aplicável a cada um dos escopos de trabalho que constitui o objeto do contrato. As partes têm a opção de estender o prazo de prestação de serviços, com os correspondentes ajustes de preço, sempre mediante celebração de termo aditivo. A vigência do contrato é por tempo indeterminado;
- (iii) **INFRAERO:** refere-se a valores de repasses relativos à operação de transição, reembolso de despesas pagas pela INFRAERO como contratação de serviços, reembolso de despesas com PAMI, serviços de consultoria, suporte e desenvolvimento de TI e reembolso de despesas pagas pela Aeroportos Brasil Viracopos S.A. - Em Recuperação Judicial com impostos de faturamentos repassados à INFRAERO, da utilização de áreas, taxas de administração de cartões, serviços de TI e outros, despesas de utilidades públicas (água, energia e outros);
- (iv) **Viracopos Estacionamento S.A.:** refere-se outorga variável, serviços e fornecimentos de materiais e equipamentos destinados à operação do estacionamento pagas pela Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial até o primeiro trimestre de 2017, e reembolso de serviços de transportes pagos pela Viracopos Estacionamentos S.A. além de contrato de cessão de área para exploração dos serviços de estacionamento. A Viracopos Estacionamentos S.A. (VESA) é uma subsidiária integral da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. - Em Recuperação Judicial (ABV), desse modo, o contrato de cessão de área para exploração de serviços de estacionamento pela VESA não segue as mesmas condições dos demais contratos, levando em consideração que a VESA é uma extensão da ABV de um nicho específico de serviços, criada por força do contrato de concessão. Em abril de 2018 o Banco Citibank operador financeiro da concessão passou o valor aplicado da VESA para a ABV para recomposição da conta reserva, assim deixando uma dívida registrada como partes relacionadas;
- (v) **Triunfo Participações e Investimentos (TPI):** refere-se a reembolso de despesas a serem pagas pela “Viracopos”;
- (vi) **Aeroportos Brasil S.A. (ABSA):** o valor refere-se a despesas pagas pela ABV e devem ser ressarcidas pela “ABSA”.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi a seguinte:

	Consolidado/Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração da diretoria executiva	2.922	2.914
Honorários dos conselheiros (Nota nº 26)	1.276	1.478
Total	4.198	4.392

8. Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PIS/Cofins/CSLL - Lei nº 10.833/2003	79.103	141.947	79.103	141.947
IRRF sobre aplicações financeiras	8.834	5.024	8.635	4.870
ISSQN a compensar	287	522	283	518
Outros	67	8	67	8
	88.291	147.501	88.088	147.343
Circulante	68.439	68.303	68.236	68.145
Não circulante	19.852	79.198	19.852	79.198
Total	88.291	147.501	88.088	147.343

9. Despesas antecipadas - Consolidado

As despesas antecipadas, classificadas no circulante e não circulante, no montante total de R\$ 3.002 (R\$ 7.816 em 2017), representam os gastos referentes à contratação de seguros e licenças de uso, sendo a despesa reconhecida “*pro rata temporis*” de acordo com o período de vigência das apólices e dos contratos.

10. Investimentos

Em 07 de novembro de 2012, foi constituída a Empresa Viracopos Estacionamentos S.A. (“VESA”), uma subsidiária integral da Companhia para explorar as atividades de estacionamento no Aeroporto Internacional de Viracopos.

O capital subscrito e integralizado da VESA é de R\$ 1.000, o início das operações ocorreu em 1º de maio de 2015.

Em novembro de 2016, com vigência a partir de janeiro de 2017, ABV e Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços (“ESTAPAR”) celebram um contrato de exploração de estacionamento vigente por 144 meses a partir de 15 de março de 2017, a ESTAPAR passou a administrar e operar integralmente as áreas de estacionamento no Aeroporto Internacional de Viracopos. Em decorrência de garantias fornecidas junto ao BNDES, o banco não aprovou a negociação feita entre as partes e bloqueou o montante de R\$ 80 milhões em conta de reserva. No dia 04 de maio de 2018, a Companhia protocolou junto a ESTAPAR um pedido de rompimento do contrato de exploração. Com o pedido de recuperação judicial ocorrido em 05 de maio de 2018, a Companhia passou a considerar em sua lista de devedores em aberto, a pretensa multa pelo rompimento do contrato com a ESTAPAR ocorrida em 05 de julho de 2018. A Estapar entrou com um pedido de interdito proibitório, para continuar as operações do estacionamento.

A participação societária na controlada está incluída na demonstração financeira e o reconhecimento do resultado por meio da equivalência patrimonial.

a) Investimentos permanentes

Investimento	Patrimônio líquido	Participação	Equivalência patrimonial	Investimentos permanentes em 31/12/2018	Investimentos permanentes em 31/12/2017
Viracopos Estacionamentos S.A.	125	100%	(96)	122	218

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/2017	Aportes de capital e AFAC	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos permanentes em 31/12/2018
Viracopos Estacionamento S.A.	218	-	(96)	122

Os saldos do balanço patrimonial e do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2018 e 2017 da controlada Viracopos Estacionamento S.A. utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante	5.601	6.990
Ativo não circulante	53	2
Total do ativo	5.654	6.992
Passivo circulante	4.045	4.581
Passivo não circulante	1.593	2.193
Patrimônio líquido	125	218
Total do passivo e patrimônio líquido	5.763	6.992
Resultado bruto	(41)	(671)
Despesas gerais, administrativas e resultado financeiro	(102)	11
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(143)	(660)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	47	(33)
Lucro (prejuízo) do exercício	(96)	(693)

11. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2017	Consolidado		
			Adições	Baixas	31/12/2018
Custo					
Equipamentos de processamento de dados	-	3.407	153	(3)	3.557
Móveis e utensílios	-	1.684	7	-	1.691
Veículos	-	328	-	-	328
Máquinas e equipamentos	-	2.247	311	-	2.558
Instalações	-	39	-	-	39
		7.705	471	(3)	8.173
Depreciação acumulada					
Equipamentos de processamento de dados	20%	(2.560)	(490)	-	(3.050)
Móveis e utensílios	10%	(717)	(169)	-	(886)
Veículos	20%	(259)	(38)	-	(297)
Máquinas e equipamentos	10%	(632)	(233)	-	(865)
Instalações	10%	(11)	(2)	-	(13)
		(4.179)	(932)	-	(5.111)
Total		3.526	(461)	(3)	3.062

	Taxa anual de depreciação	Controladora			
		31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo					
Equipamentos de processamento de dados	-	3.401	153	(3)	3.551
Móveis e utensílios	-	1.663	7	-	1.670
Veículos	-	328	-	-	328
Máquinas e equipamentos	-	2.237	311	-	2.548
Instalações	-	17	-	-	17
		7.646	471	(3)	8.114
Depreciação acumulada					
Equipamentos de processamento de dados	20%	(2.557)	(489)	-	(3.046)
Móveis e utensílios	10%	(712)	(167)	-	(879)
Veículos	20%	(258)	(38)	-	(296)
Máquinas e equipamentos	10%	(631)	(233)	-	(864)
Instalações	10%	(7)	(1)	-	(8)
		(4.165)	(928)	-	(5.093)
Total		3.481	(457)	(3)	3.021

12. Intangível

a) Composição

	Consolidado			31/12/2017 Líquido
	31/12/2018 Custo	31/12/2018 Amortização	31/12/2018 Líquido	
Outorga - direito da concessão	3.094.217	(251.789)	2.842.428	2.918.849
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	(17.125)	69.097	71.994
Licença ambiental CETESB	23.948	(17.151)	6.797	9.336
ERP e <i>softwares</i>	20.699	(14.082)	6.617	9.697
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	70.729	(12.457)	58.272	60.264
Benfeitorias estacionamentos	1.074	(442)	632	721
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.532.803	(200.054)	3.332.749	3.385.166
Margem de construção - OCPC 05	64.433	(3.960)	60.473	61.995
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(940.402)	-	(940.402)	(946.840)
Intangível em andamento	90.297	-	90.297	90.174
	6.044.020	(517.060)	5.526.960	5.661.356

	Controladora			31/12/2017 Líquido
	31/12/2018 Custo	31/12/2018 Amortização	31/12/2018 Líquido	
Outorga - direito da concessão	3.094.217	(251.789)	2.842.428	2.918.849
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	(17.125)	69.097	71.994
Licença ambiental CETESB	23.948	(17.151)	6.797	9.336
ERP e <i>softwares</i>	20.661	(14.056)	6.605	9.676
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	70.729	(12.457)	58.272	60.266
Benfeitorias estacionamentos	1.074	(442)	632	721
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.532.803	(200.054)	3.332.749	3.385.166
Margem de construção - OCPC 05	64.433	(3.960)	60.473	61.995
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(940.402)	-	(940.402)	(946.840)
Intangível em andamento	90.297	-	90.297	90.174
	6.043.982	(517.034)	5.526.948	5.661.337

b) Movimentação

	Consolidado				31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	
Custo					
Outorga - direito da concessão	3.094.217	-	-	-	3.094.217
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	-	-	-	86.222
Licença ambiental CETESB	23.948	-	-	-	23.948
ERP e softwares	20.618	81	-	-	20.699
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	69.914	817	-	-	70.731
Benfeitorias estacionamentos Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	1.074	-	-	-	1.074
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.524.380	1.190	-	7.233	3.532.803
Margem de construção - OCPC 05	64.433	-	-	-	64.433
Provisão para impairment	(946.840)	6.438	-	-	(940.402)
Intangível em andamento	90.174	7.356	-	(7.233)	90.297
	6.028.140	15.882	-	-	6.044.022

	Taxa anual de amortização	Consolidado				31/12/2018
		31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	
Amortização acumulada						
Outorga - direito de concessão	(*)	(175.368)	(76.421)	-	-	(251.789)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	(**)	(14.228)	(2.897)	-	-	(17.125)
Licença ambiental CETESB (Terminal 0)	(**)	(14.612)	(2.539)	-	-	(17.151)
ERP e softwares	20%	(10.921)	(3.161)	-	-	(14.082)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	(**)	(9.650)	(2.809)	-	-	(12.459)
Benfeitorias estacionamento Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	10%	(353)	(89)	-	-	(442)
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	(*)	(139.214)	(60.840)	-	-	(200.054)
Margem de construção - OCPC 05	(*)	(2.438)	(1.522)	-	-	(3.960)
		(366.784)	(150.278)	-	-	(517.062)
		5.661.356	(134.396)	-	-	5.526.960

	Controladora				31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	
Custo					
Outorga - direito da concessão	3.094.217	-	-	-	3.094.217
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	-	-	-	86.222
Licença ambiental CETESB	23.948	-	-	-	23.948
ERP e softwares	20.580	81	-	-	20.661
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	69.914	817	-	-	70.731
Benfeitorias estacionamentos Terminal 1 e Edifício Garagem (EDG)	1.074	-	-	-	1.074
Terminal 1 e Edifício Garagem (EDG)	3.524.380	1.190	-	7.233	3.532.803
Margem de construção - OCPC 05	64.433	-	-	-	64.433
Provisão para impairment	(946.840)	6.438	-	-	(940.402)
Intangível em andamento	90.174	7.356	-	(7.233)	90.297
	6.028.102	15.882	-	-	6.043.984

	Taxa anual de amortização	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2018
Amortização acumulada						
Outorga - direito de concessão	(*)	(175.368)	(76.421)	-	-	(251.789)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	(**)	(14.228)	(2.897)	-	-	(17.125)
Licença ambiental CETESB	(**)	(14.612)	(2.539)	-	-	(17.151)
ERP e softwares	20%	(10.904)	(3.152)	-	-	(14.056)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	(**)	(9.648)	(2.811)	-	-	(12.459)
Benfeitorias estacionamento Terminal 1 e Edifício Garagem (EDG)	10%	(353)	(89)	-	-	(442)
Margem de construção - OCPC 05	(*)	(139.214)	(60.840)	-	-	(200.054)
	(*)	(2.438)	(1.522)	-	-	(3.960)
		(366.765)	(150.271)	-	-	(517.036)
		5.661.337	(134.389)	-	-	5.526.948

(*) Amortização efetuada pela curva de demanda “*workload unit (WLU)*”;

(**) Amortização efetuada pelo método linear durante o prazo de concessão.

Para construção do novo terminal com capacidade de 25 milhões de passageiros ao ano, foi contratado o Consórcio Construtor Viracopos S.A. (Nota nº 7). As obras de ampliação do aeroporto contam com o investimento dos acionistas e empréstimos do BNDES de forma direta e indireta, esta última através de outras instituições financeiras

As obras do terminal na modalidade EPC – “*Turn Key-Lump Sum*” estão substancialmente concluídas (96,5%), e o montante relativo a esse percentual ativado foi iniciada sua amortização. A Companhia registrou em seu ativo intangível a outorga decorrente da oferta no leilão para concessão do direito de explorar a atividade aeroportuária pelo valor original de R\$ 3.821.000 com o registro do ajuste a valor presente da dívida.

Está previsto que o ajuste a valor presente será recomposto mensalmente e que a dívida da outorga será reajustada pelo IPCA da mesma forma, sendo assim, a Administração optou que, ao efetuar a recomposição do ajuste a valor presente e ao atualizar a dívida pelo IPCA, esses valores sejam parcialmente registrados no intangível e no resultado. Com base em estudos e levantamentos definiu-se que o percentual a capitalizar até 30 de abril de 2016 foi de 90,73% e no resultado 9,27%. A partir de 1º de maio de 2016 foram redefinidos os percentuais de capitalização para 59,49% e no resultado 40,51%, considerando-se a relação percentual dos investimentos da fase I-B pelo total dos investimentos previstos no prazo de concessão. Desde 2017 não houveram capitalizações, visto que não houveram investimentos significativos no ativo intangível.

Reequilíbrio econômico e financeiro

Foram realizados os registros pertinentes ao reequilíbrio econômico e financeiro no ativo intangível, por se tratar de uma alteração da outorga fixa. Os registros contábeis foram realizados no ativo intangível na linha "Outorga", as atualizações do reequilíbrio econômico financeiro pelo IPCA acumulado e pela taxa de 6,81% proporcionalmente pelo número de meses correspondente ao desequilíbrio. Os encargos de atualização foram capitalizados na proporção citada acima, em contrapartida com a Outorga a Pagar (Nota nº 19). Na amortização do ativo intangível foi registrada a amortização correspondente a esses valores, em contrapartida ao resultado.

Esses registros foram necessários para equalizar a proporção dos custos de amortização com a expectativa de receitas, frustrada anteriormente pelo desequilíbrio.

Teste do valor recuperável

Com base no CPC 01(R1), a Companhia realizou teste do valor recuperável de seu ativo intangível em 31 de dezembro de 2017 e atualizou para 2018. Para tanto, comparou-se o valor contábil do ativo intangível, composto pelas capitalizações efetuadas ao longo do tempo até a data indicada (*carrying amount*), com o valor presente dos fluxos de caixa operacionais das unidades geradoras de caixa disponíveis na infraestrutura atual do Aeroporto de Viracopos. O Plano de negócios foi aprovado pela Administração em 20 de novembro de 2017 e revisado em antes de pleito da recuperação judicial. O teste é elaborado com o objetivo de analisar eventuais perdas por redução do valor recuperável do ativo intangível. Como resultado dos procedimentos efetuados, em 31 de dezembro de 2017, o saldo contábil das capitalizações no ativo intangível era superior ao valor presente das unidades geradoras de caixa, tomando por base projeção realizada entre janeiro de 2018 e julho de 2042, Portanto, registrou-se perda do valor recuperável ao longo do prazo da Concessão, que foi contabilizado no resultado do exercício, no montante de R\$ 946.840 mil, na rubrica de outras despesas, já em 2018 o teste teve uma reversão pela recuperação de R\$ 6.438 decorrente da nova avaliação para o exercício.

A seguir se indica como procedeu-se com o teste, apresentando as premissas utilizadas a fim de obter a conclusão descrita no parágrafo acima.

O saldo do ativo intangível utilizado para o teste de recuperabilidade está descrito e detalhado nesta nota. Resumidamente, o valor considerado para o teste de recuperabilidade advém das capitalizações, líquidas de amortização, realizadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2018.

Em relação a este saldo líquido do ativo intangível da Companhia, elaborou a projeção do fluxo de caixa de atividades operacionais, que desconsidera o fluxo de pagamento da Outorga Fixa futura, de modo a evitar a dupla contagem da Outorga no cálculo. Este fluxo também foi trazido a valor presente e comparado ao saldo do intangível qualquer diferença é reconhecida como reversão ou perda do valor recuperável.

Alternativamente, a Companhia também simulou cenário de cálculo do valor recuperável retirando-se a Outorga Fixa do saldo do intangível líquido e inserindo o pagamento das parcelas futuras no fluxo de caixa operacional. O resultado obtido foi semelhante.

Deste modo, optou-se pelo registro do valor apontado acima. A seguir elucida-se a metodologia para cálculo do fluxo de atividades operacionais.

Projeção do fluxo de caixa operacional

Receitas

Para estimar o fluxo de receitas entre janeiro de 2018 e julho de 2042, último período da Concessão, adotou-se melhores práticas para projeção de receitas de cada unidade geradora de caixa da Companhia: Terminal de Passageiros, Terminal de Cargas e Negócios Comerciais. Em todos os casos considerou-se a atual infraestrutura do Aeroporto de Viracopos, sem, portanto, considerar eventuais investimentos futuros que expandam a capacidade da infraestrutura. Assim, uma vez que se alcance a capacidade operacional da infraestrutura (terminal de passageiro e cargas e sistema de pistas), em termos de processamento de passageiros, aeronaves e carga, estabiliza-se a projeção de demanda.

Em relação às receitas de embarque e conexão de passageiros e pouso e permanência de aeronaves (Unidade Terminal de Passageiros), a arrecadação provém das tarifas reguladas conforme estabelecido do Contrato de Concessão. Relativamente ao ano base de 2076, registra-se uma queda no volume esperado de passageiros em função da frustração de demanda verificada em 2087. A Companhia reflete este decréscimo de demanda em suas projeções, o que acaba influenciando o potencial de arrecadação tarifário proporcionalmente.

Na unidade Terminal de Cargas, assume-se projeção de demanda refletindo as atuais condições macroeconômicas e de mercado, até o atingimento do limite operacional atual. Assim como na unidade Terminal de Passageiros, as receitas são fruto de tarifas reguladas, sendo a maior parte da arrecadação proveniente da importação de cargas. No exercício de 2018, houve uma revisão da demanda do Terminal de Cargas, cuja variação apresentou uma demanda favorável para o exercício.

Já no caso de Negócios Comerciais, parte dos recebíveis se originam da cessão de áreas do terminal de passageiros para exploração comercial: varejo, lojas francas, espaços de alimentação e bebidas, publicidade, estacionamento etc. Para estimar a arrecadação proveniente desse segmento, utilizou-se as premissas contratuais atuais, que variam de acordo com o volume da demanda. Outra parte dos Negócios Comerciais vem da exploração imobiliária dentro do sítio aeroportuário, porém fora dos terminais de passageiros e cargas. Nesse caso, considerou-se o total de volume de terras disponíveis e o potencial de internalizar o já vultuoso desenvolvimento imobiliário, industrial e logístico, característico da região em que se insere o Aeroporto de Viracopos. Portanto, de acordo com esse potencial de internalização dos negócios e indústrias faseou-se a exploração imobiliária em etapas, respeitando o processo de liberação das áreas ao longo do tempo e as características geográficas e estratégicas de cada área.

A Administração da Companhia efetuou a revisão dos contratos de locação dos espaços previstos para exploração imobiliária, cujos valores de aluguel e potencial de expansão de áreas foram reduzidos, devido à frustração de expectativas previamente formuladas. Neste momento, projeções mais conservadoras e exequíveis foram adotadas, refletindo as condições atuais de mercado e estratégicas da Concessionária. Este fato vem impactando forte e negativamente o resultado das projeções de receita o que foi fator decisivo para a análise do valor recuperável, resultando na provisão para *impairment* ora registrada.

Para todos os negócios imobiliários considerou-se apenas a cessão simples de área para os empreendimentos, sem aventar a possibilidade de a Companhia participar conjuntamente com os investimentos necessários e, portanto, podendo compartilhar os recebíveis de cada empreendimento. Os preços de reais por metro quadrado utilizados estão de acordo com o padrão de mercado e internalizam a necessidade de investimentos por parte do empreendedor.

O processo de ocupação das áreas foi dividido em três fases, com características e prazos de início distintos. Por prudência, apenas consideraram-se empreendimentos novos até 2025, respeitando, portanto, um prazo mínimo de 17 anos para que o empreendedor obtenha seu retorno dentro do prazo da Concessão.

Custos e despesas

Com o objetivo de se obter o fluxo de caixa operacional da Companhia, para efeitos do teste acima enunciado, projetaram-se também os custos e despesas da Companhia ao longo do tempo. Esse fluxo se divide em três principais: custos e despesas operacionais e administrativas, impostos e investimentos em manutenção da infraestrutura.

Os custos e despesas operacionais e administrativas partiram do atual padrão da Companhia, e sua projeção baseia-se, em grande parte, no aumento da demanda de passageiros e carga. Os impostos utilizados, diretos e indiretos, foram estimados de acordo com a legislação vigente aplicada à Companhia, considerando os créditos de impostos indiretos acumulados até 31 de dezembro de 2018 e os créditos a obter com a operação do Aeroporto ao longo dos anos que restam. Também se considerou um percentual de reinvestimento no fluxo de caixa, esse valor foi estimado apenas para manter a infraestrutura atual em nível operacional. Portanto, não se considerou necessidades de expansão futuras, pois, a demanda deverá ficar estável a partir do atingimento desses limites de capacidade.

No caso da simulação realizada pela companhia, na qual retira-se a Outorga Fixa do saldo do intangível líquido, também computou-se as parcelas futuras de pagamento de Outorga como dispêndio que impacto do fluxo de caixa das atividades operacionais.

Valor presente e taxa de desconto

A partir da formatação da estimativa de fluxo de caixa operacional, o reconhecimento do valor presente no teste de recuperabilidade do ativo intangível levou em consideração a taxa de desconto atualizada em dezembro de 2018 de 11,56%

A taxa de desconto respeitou a consagrada metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Nessa metodologia, pondera-se o custo de capital próprio e o custo de capital de terceiros de acordo com a alavancagem da Companhia. Sobre o custo de capital de terceiros, utilizou-se as premissas obtidas a partir dos contratos atuais de financiamento firmados pela Companhia, além de projeções de longo prazo dos indexadores destas dívidas. Em relação ao custo de capital próprio, utilizou-se o modelo *Capital Asset Pricing Model (CAPM)*, no qual parte-se de uma rentabilidade mínima, atrelada à rentabilidade dos títulos da dívida pública brasileira, e pondera-se um fator de risco de mercado, que leva em conta o risco geral do mercado brasileiro alavancado pelo nível de risco específico do negócio aeroportuário.

13. Empréstimos e financiamentos

Em 26 de dezembro de 2012, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para a obtenção de linha de crédito de R\$ 1.192.137, o chamado “empréstimo ponte”, para construção do novo terminal de passageiros, conforme previsto no contrato de concessão. Essa linha de crédito teve vencimento em fevereiro de 2014, sendo quitada e substituída por crédito de longo prazo, conforme segue:

i) Crédito direto BNDES de R\$1.198.700, dividido em três subcréditos

Subcréditos	R\$ mil	Carência	Amortização
Subcrédito “A”	1.085.300	15/07/2015	210 prestações mensais
Subcrédito “B”	106.000	15/12/2015	18 prestações anuais
Subcrédito “C”	7.400	15/11/2015	145 prestações mensais
Total	1.198.700	-	-

ii) **Crédito indireto BNDES (bancos repassadores) no valor de R\$ 297.800, dividido em dois subcréditos**

Subcréditos	R\$ mil	Carência	Amortização
Subcrédito "A"	271.300	15/07/2015	210 prestações mensais
Subcrédito "B"	26.500	15/12/2015	18 prestações anuais
Total	297.800		

Em 20 de abril de 2015, foram formalizados novos contratos de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$ 633.711, sendo R\$ 507.599 na modalidade direta e R\$ 126.112 na modalidade indireta com os bancos: Bradesco, Banco do Brasil e Banco Itaú. Os valores captados foram utilizados nas obras da Fase I-B e em obras complementares que não haviam sido objeto de escopo do financiamento original. Além disso estes novos contratos de financiamento preveem a realização das obras chamadas de "Ciclo 1,5", no montante de cerca de R\$ 150.000.

iii) **Crédito suplementar direto BNDES de R\$ 507.599, dividido em sete subcréditos**

Subcréditos	R\$ mil	Carência	Amortização
Subcrédito "A"	152.745	15/12/2017	16 prestações anuais
Subcrédito "B"	93.056	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "C"	55.833	15/01/2016	204 prestações mensais
Subcrédito "D"	87.738	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "E"	89.502	15/01/2018	180 prestações mensais
Subcrédito "F"	25.572	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "G"	3.153	15/01/2017	192 prestações mensais
Total	507.599		

iv) **Crédito suplementar indireto BNDES (bancos repassadores) no valor de R\$ 126.112, dividido em seis subcréditos**

Subcréditos	R\$ mil	Carência	Amortização
Subcrédito "A"	38.186	15/12/2017	16 prestações anuais
Subcrédito "B"	23.264	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "C"	13.958	15/01/2016	204 prestações mensais
Subcrédito "D"	21.935	15/01/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "E"	22.376	15/01/2018	180 prestações mensais
Subcrédito "F"	6.393	15/12/2018	15 prestações anuais
Total	126.112		

Os bancos repassadores entraram nessa operação na seguinte proporção: Banco do Brasil (30%); Itaú BBA (35%); Banco Bradesco (30%); e Banco Espírito Santo (5%).

v) **Subscrição de 300.000 (trezentas mil) debêntures da 1ª Emissão, não conversíveis em ações, espécie quirografária, em quatro séries no total de até R\$ 75.000 debêntures de cada série, em montante equivalente a R\$ 300.000**

Debêntures	Quantidade	R\$ mil	Amortização
1ª Série	75.000	75.000	15/09/2019 a 15/09/2025
2ª Série	75.000	75.000	15/12/2019 a 15/12/2025
3ª Série	75.000	75.000	15/03/2020 a 15/03/2026
4ª Série	75.000	75.000	15/06/2020 a 15/06/2025
Total	300.000	300.000	

A Companhia demonstra a seguir a composição dos empréstimos e financiamentos contratados:

Contratos	Taxa	Valor liberado	Valor em 31/12/2018	Valor em 31/12/2017
Crédito direto - A	TJLP + 2,88%a.a.	1.085.300	1.010.852	1.043.361
Crédito direto - B	IPCA + TR BNDES + 2,88%a.a.	106.000	125.550	125.219
Crédito indireto - A	TJLP + 3,90% a.a.	271.300	240.217	249.704
Crédito indireto - B	IPCA + TR BNDES + 3,90% a.a.	26.500	54.144	36.547
Crédito suplem. direto - A	IPCA + TR + 3,43% a.a.	152.745	172.548	172.161
Crédito suplem. direto - B	IPCA+ TR + 3,43% a.a.	93.056	102.749	137.293
Crédito suplem. direto - C	TJLP + 3,43% a.a.	51.681	46.586	49.875
Crédito suplem. direto - D	IPCA + TR + 3,43% a.a.	78.833	84.923	112.921
Crédito suplem. direto - E	TJLP + 3,43% a.a.	6.222	7.568	7.772
Crédito suplem. direto - F	IPCA + TR + 3,43% a.a.	1.778	1.999	2.483
Crédito suplem. indireto - A	IPCA + TR + 4,90% a.a.	38.186	25.465	45.525
Crédito suplem. indireto - B	IPCA + TR + 4,90% a.a.	23.264	23.617	27.966
Crédito suplem. indireto - C	TJLP + 4,90% a.a.	12.921	30.664	16.866
Crédito suplem. indireto - D	IPCA + TR + 4,90% a.a.	20.303	19.042	29.450
Crédito suplem. indireto - E	TJLP + 4,90% a.a.	1.556	2.822	2.875
Crédito suplem. indireto - F	IPCA + TR + 4,90% a.a.	444	333	533
Debêntures	IPCA + 8,79% a.a.	300.000	502.930	482.784
Custo de captação dos empréstimos		-	(56.186)	(56.186)
		2.270.089	2.395.823	2.487.149
Passivo circulante			2.395.823	245.041
Passivo não circulante			-	2.242.108
			2.395.823	2.487.149

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	2.487.149	2.505.793
Juros, encargos e atualizações incorridos	164.183	273.889
Amortização do principal (BNDES)	(74.521)	(52.702)
Juros, encargos e atualizações pagos	(180.988)	(239.831)
	2.395.823	2.487.149

Garantias da operação

Constituídos pelos (i) direitos creditórios cedidos atuais e futuros da Companhia incluindo as receitas tarifárias e as receitas não tarifárias sem limitações, além de todas e quaisquer indenizações a serem recebidas de apólices de seguros contratadas; (ii) pelo penhor da totalidade das ações de propriedade dos acionistas indiretos e da INFRAERO; (iii) pelo compromisso de suporte financeiro pelos acionistas da Companhia; (iv) por quaisquer outros bens e direitos que passem a garantir os documentos da operação após a data de celebração do contrato com o BNDES.

Cláusulas contratuais – *covenants*

Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme segue:

- (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações contábeis auditadas, no período de 12 meses;

- (ii) Manter o índice de capitalização (Patrimônio líquido/ativo total) Maior ou igual a 25%, nos termos da seguinte fórmula: (Patrimônio líquido + outorga passiva - outorga ativa/ativo total – outorga passiva).

As penalidades para o não atingimento dos índices citados acima não preveem o pagamento antecipado da dívida nem qualquer outra penalidade ou multa, no entanto, impede a Companhia de realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio além do limite que prevê a lei, sem a prévia anuência do BNDES. Tal restrição prevista nestas obrigações especiais deixará de ser válida uma vez que a Companhia atinja, por dois anos consecutivos, o ICSD maior ou igual a 1,30x, mantenha o Índice de capitalização em patamares iguais ou superiores a 25%, além de outras condições previstas no *Completion* físico e financeiro do projeto. Para o exercício de 2018 e 2017, o ICSD ficou abaixo de 1,30, no entanto a Companhia não prevê a distribuição de dividendos para esse exercício (Nota nº 23).

Foram aplicadas multas pelo BNDES e debenturistas devido ao atraso no pagamento da outorga variável e pelo não pagamento da outorga fixa (Nota nº 19) na data prevista no contrato de concessão, e também foram aplicadas multas aos acionistas privados da Companhia (TPI e UTC) por conta da não realização dos aportes previstos para o pagamento das outorgas, onde as multas veem sendo atualizadas. O não pagamento da outorga e das multas poderão ocasionar o vencimento antecipado da dívida.

Após quebra nas cláusulas contratuais – *covenants* o BNDES bloqueou a liberação de algumas linhas específicas de crédito no montante de R\$ 160.122, onde a Companhia não tem expectativa de receber os valores em contrato após negociação da recuperação judicial.

A companhia está em processo de recuperação judicial, amparado pelo artigo 6º combinado com o artigo 49 da lei 11.101/05, que determina a suspensão de todos os débitos. Entretanto, devido a quebra nas cláusulas contratuais – *covenants*, a Companhia decidiu reclassificar a sua dívida de longo prazo para o curto prazo, seguindo as regras contratuais com as instituições financeiras, ainda que não exigidas na totalidade pelos credores.

14. Salários e encargos sociais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Férias e encargos sociais	6.329	6.645	6.329	6.645
Salários e encargos sociais	10.186	10.250	10.175	10.239
	16.515	16.895	16.504	16.884

15. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	21.664	103.637	21.055	103.081
Fornecedores em recuperação judicial	88.433	-	88.433	-
Fornecedores internacionais	1.548	2.665	1.548	2.665
	111.645	106.302	111.036	105.746

A Concessionária no melhor dos seus esforços vem renegociando via recuperação judicial junto aos seus fornecedores, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

16. Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos conforme apresentado:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo da controladora relativo de anos anteriores antes do imposto de renda e da contribuição social	38.278	38.278
Imposto de renda e contribuição social da controlada VESA	47	62
Imposto de renda e contribuição social diferido consolidado	38.293	38.340

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão considerados na medida em que sua realização seja mais provável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia optou em não reconhecer mais tributos diferidos para a controladora, além daqueles já reconhecidos em anos anteriores devido grandes valores gerados pelo Impairment e considerando a atual situação da Companhia. Referidos valores estão apresentados conforme Nota Explicativa nº 17.

Contudo, para fins de consolidado ocorreu a constituição na controlada VESA no montante de R\$ 47 em 2018 (R\$ 62 em 2017).

17. Imposto de renda e contribuição social correntes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(407.630)	(1.407.372)	(407.583)	(1.407.405)
Adições				
Resultado negativo de equivalência patrimonial	-	-	95	406
Custo de construção (Nota nº 24)	2.634	8.900	2.634	8.900
Recomposição do ajuste ao valor presente da outorga fixa (Nota nº 28)	118.879	116.931	118.879	116.931
Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributárias (Nota nº 22)	4.568	5.781	4.575	5.757
Provisão para perda de crédito esperadas (Nota nº 26)	3.639	(35)	3.638	53
Adição pelo recálculo da aplicação da Lei nº 12.973/2014	12.709	12.709	12.709	12.709
Provisão para perda por redução ao valor recuperável (Nota nº 12)	940.402	946.840	940.402	946.840
Outras	159	158	159	159
	1.082.990	1.091.284	1.083.091	1.091.755
Exclusões				
Receita de construção (Nota nº 24)	(2.634)	(8.900)	(2.634)	(8.900)
Outros	(91)	70	-	-
	(2.725)	(8.830)	(2.634)	(8.900)
Prejuízo fiscal apurado e base negativa da contribuição social antes das compensações	672.635	(324.918)	672.874	(324.550)
(-) Compensação de prejuízo fiscal	(205.091)	-	(205.091)	-
Prejuízo fiscal apurado e base negativa da contribuição social após compensações	(467.544)	(324.918)	(467.783)	(324.550)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (alíq.34%)	(158.965)	110.472	(159.046)	110.347
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:				
Recomposição do ajuste ao valor presente do ativo intangível				
Outorga	40.419	39.757	40.419	39.757
Encargos financeiros da outorga capitalizados	-	-	-	-
Margem de construção	-	-	-	-
Adição pelo recálculo da aplicação da Lei nº 12.973/2014	4.321	4.321	4.321	4.321
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	-	321.926	-	321.926
Outras provisões temporariamente não tributáveis	6.901	1.983	6.450	1.975
	51.641	367.987	51.190	367.979
Total imposto de renda diferido do exercício	(107.324)	478.459	(107.856)	478.326
Alíquota efetiva	34%	34%	34%	34%
Total imposto de renda diferido do exercício	(107.324)	478.459	(107.856)	478.326
Imposto de renda diferido ativo não reconhecido no exercício	(107.324)	478.459	(107.856)	478.326
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-	-	-

18. Impostos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ISSQN parcelado	90.851	77.210	88.692	74.449
ISSQN sobre faturamento	2.674	10.550	2.674	10.550
PIS/COFINS próprio	5.775	5.842	5.775	5.842
ISSQN terceiros	598	1.058	598	1.058
INSS terceiros	4.655	7.049	4.655	7.049
PIS/COFINS/CSLL terceiros	1.582	1.968	1.559	1.945
IRRF sobre folha de pagamento	1.124	1.167	1.124	1.167
Outros	1.243	1.456	1.243	1.443
	108.502	106.300	106.320	103.503
Passivo circulante	30.859	34.696	30.222	34.053
Passivo não circulante	77.643	71.604	76.098	69.450
	108.502	106.300	106.320	103.503

19. Outorga a pagar

A Companhia registrou no exercício de 2012 a outorga a pagar para a União Federal, através do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da concessão, descontado a valor presente com taxa real de 4,18% a.a. A taxa utilizada refere-se à remuneração do título do Tesouro Nacional NTN-B com vencimento para o ano de 2045 (final da concessão), considerado como “papel” livre de risco.

A movimentação da outorga da concessão no exercício foi a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	3.116.262	3.062.033	3.114.674	3.060.561
Atualização monetária pelo IPCA - IBGE	249.532	92.602	249.432	92.492
Recomposição AVP da outorga a pagar	235.811	116.931	235.811	116.931
Outorga variável a pagar (Nota nº 20)	31.293	26.178	31.293	26.172
Pagamento outorga fixa	(233.849)	(186.196)	(233.849)	(186.196)
Saldo no final do exercício	3.399.049	3.111.548	3.397.361	3.109.960
(-) Reequilíbrio econômico-financeiro (Nota nº 20)	(195.441)	(195.914)	(195.441)	(195.914)
	3.203.608	2.915.634	3.201.920	2.914.046
Circulante	481.054	408.123	479.366	406.535
Não circulante	2.722.554	2.507.511	2.722.554	2.507.511
	3.203.608	2.915.634	3.201.920	2.914.046

O valor referente à 5ª parcela da Contribuição Fixa, prevista no Contrato de Concessão de Viracopos (“Outorga”) de 2016, foi integralmente paga pela seguradora Swiss RE Corporate Solutions Brasil S.A. e Austral Seguradora S.A., após aberto o sinistro em face ao inadimplemento, cujo valor total montou R\$ 149.828. A Companhia efetuou o ressarcimento à Seguradora em duas parcelas, sendo a primeira vencida em 10 de novembro de 2017, no montante de R\$ 36.119 e a segunda em 02 de janeiro de 2018, no valor de R\$ 120.265, registrado como outros passivos.

A Companhia encontra-se inadimplente frente à 6ª parcela da Contribuição Fixa referente ao exercício de 2017, vencida em 11 de julho de 2017 e à Contribuição Variável, vencida em 15 de maio de 2017. O valor total de ambas as contribuições é de R\$ 207.273 e estão contempladas no ofício da ANAC nº 1/2018/SRA-ANAC, emitido em 09 de fevereiro de 2018. A Administração da Companhia listou os valores na Recuperação Judicial.

20. Compromissos da concessão

Principais pontos do contrato de concessão

Objeto

Concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Complexo Aeroportuário, a ser implementada nas seguintes fases:

- (i) **Fase I-A** – Transferência das operações do Aeroporto da INFRAERO para a Companhia;
- (ii) **Fase I-B** – Ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;

- (iii) Fase I-C** – Expansão aeroportuária e de adequação total à infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária – PEA;
- (iv) Fase-II** – Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA.

Vigência

A vigência do Contrato de Concessão será pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua data de eficácia (11 de julho de 2012), podendo ser prorrogado por até cinco anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária.

Valor do contrato

O valor do Contrato, correspondente ao valor presente das Receitas Tarifárias e Não Tarifárias estimadas para todo o prazo da concessão é de R\$ 12.983.9511. De acordo com o contrato, esse valor tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das partes para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Da contribuição ao sistema

A Companhia se obriga a pagar à União Federal através do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) a Contribuição Fixa e a Contribuição Variável, sendo:

- **Contribuição fixa**

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia vem pagando uma contribuição fixa anual no montante de R\$ 127.367 (reajustado anualmente pelo IPCA-IBGE). No total são 30 prestações, totalizado a R\$ 3.821.000, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão.

- **Contribuição fixa – Reequilíbrio econômico financeiro**

Em 22 de dezembro de 2016, a ANAC por meio da decisão nº 190, aprovou a 1ª revisão extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos no valor de R\$ 209.921, através da revisão da contribuição fixa devida pela concessionária. O montante do reequilíbrio econômico financeiro aprovado foi de R\$ 127.436, os quais foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e taxa de desconto de 6,81% conforme definido na Resolução nº 355/2015 até abril de 2016. A recomposição econômico-financeiro do contrato obteve a anuência do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC) em 28 de dezembro de 2016.

O valor do reequilíbrio econômico-financeiro apresentado abaixo será deduzido do valor da outorga fixa a pagar, de acordo com o anexo da Decisão nº 190, não conciliando diretamente com os saldos da obrigação registrada conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19.

Ano	Valor	Ano	Valor
2016	R\$ 43.859	2030	R\$ 6.385
2017	R\$ 8.708	2031	R\$ 6.154
2018	R\$ 8.540	2032	R\$ 5.931
2019	R\$ 8.351	2033	R\$ 5.715
2020	R\$ 8.202	2034	R\$ 5.506
2021	R\$ 8.092	2035	R\$ 5.305
2022	R\$ 7.984	2036	R\$ 5.110
2023	R\$ 7.877	2037	R\$ 4.921
2024	R\$ 7.768	2038	R\$ 4.739
2025	R\$ 7.647	2039	R\$ 4.563
2026	R\$ 7.385	2040	R\$ 4.394
2027	R\$ 7.123	2041	R\$ 4.230
2028	R\$ 6.869	2042	R\$ 1.940
2029	R\$ 6.623		R\$ 209.921

O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre abril 2016 e o mês anterior ao pagamento da outorga fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, proporcional ao número de meses correspondentes.

Devido a menor necessidade de caixa para pagamento da outorga fixa, os recursos disponíveis serão utilizados para pagamento das demais obrigações de curto prazo, evitando custos financeiros com juros e multas.

Contribuição variável

Até 31 de dezembro de 2016, a contribuição variável era calculada anualmente sobre a totalidade da receita operacional bruta da Companhia, com o percentual de 5%, passando para 7,5% quando exceder os valores estipulados no contrato de concessão.

De acordo com a Decisão 107, que altera o Contrato de Concessão, a partir de 01 de janeiro de 2017, a contribuição passou a ser calculada anualmente com base na totalidade da receita operacional bruta da Companhia e suas eventuais subsidiárias integrais, deduzido o montante em Reais, resultante da aplicação da alíquota de 26,4165%, sobre a receita proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousos e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia e deduzidos os cancelamentos.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional bruta (Nota nº 24)	800.545	669.125	800.545	669.013
(-) Deduções contribuição mensal	(173.318)	(142.568)	(173.318)	(142.568)
(-) Cancelamentos	(1.530)	(2.408)	(1.530)	(2.406)
	625.697	524.149	625.697	524.039
Contribuição variável (Nota nº 25)	31.293	26.178	31.293	26.172

Principais pontos do contrato de concessão

Bens integrantes da concessão

- (i) Entregues pela União, conforme inventário constante do Termo de Aceitação Definitiva e de Permissão de Uso de Ativos (Anexo 8 do Contrato de Concessão);
- (ii) A serem construídos pelo Poder Público (obras de responsabilidade da INFRAERO);
- (iii) Adquiridos pela Companhia para a Exploração Aeroportuária.

Custo e receitas de construção

A receita de construção vem sendo reconhecida com margem da construção de 2% até o mês de maio de 2016 passando para zero no mês de junho de 2016, estabelecida pela Administração em percentual considerado suficiente sobre o custo como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de construção (Nota nº 24)	2.634	8.900
Custo de construção (Nota nº 25)	(2.634)	(8.900)
Margem de construção	-	-
	0%	0%

21. Taxas aeroportuárias - consolidado

	31/12/2018	31/12/2017
Adicional de Tarifa Aeroportuária – ATAERO	115.466	106.258
Contribuição mensal	27.763	28.297
Tarifa de Uso das Comunicações e Auxílios à Navegação Aérea em Rota – PAN	152	174
Tarifa de Uso das Comunicações e Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação – PAT	24	72
	143.405	134.801

Em 25 de julho de 2016, foi convertida na Lei nº 13.319 a MP 714/2016, que extingue o ATAERO a partir de 1º de janeiro de 2017. Nessa data, a ANAC alterou os valores das tarifas aeroportuárias para incorporar o valor correspondente a extinção do ATAERO, não havendo alteração da tarifa final.

Contribuição mensal

A contribuição mensal, antiga contribuição tarifária (ATAERO), criada pela Lei nº 13.319/16, foi formalmente normatizada pela ANAC, através da Decisão nº 107, de 28 de junho de 2017, que alterou unilateralmente o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos.

A contribuição mensal passou a ser calculada pela aplicação da alíquota de 22,6521% sobre a receita proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousos e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

22. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

Os assessores legais da Companhia indicaram 745 ações com prognóstico de perda “provável”, referente aos processos contra empresas contratadas onde a Companhia figura como 2ª ou 3ª reclamada e contra a própria Companhia.

Foram constituídas as provisões para contingências trabalhistas, cíveis e processos administrativos como segue:

	Consolidado			31/12/2018
	31/12/2017	Provisões	Reversões	
Processos trabalhistas	9.875	40.052	(36.875)	13.052
Processos cíveis	1.266	12.916	(11.519)	2.663
Processos administrativos	716	843	(849)	710
	11.857	53.811	(49.243)	16.425

	Controladora			31/12/2018
	31/12/2017	Provisões	Reversões	
Processos trabalhistas	9.836	40.044	(36.861)	13.019
Processos cíveis	1.266	12.916	(11.519)	2.663
Processos administrativos	716	843	(848)	711
	11.818	53.803	(49.228)	16.393

A Companhia e sua controlada possuem mais outras 782 ações com prognóstico de perda “possível”, no montante estimado de R\$ 256.767, essas ações são referentes a processos trabalhistas, cíveis e regulatórios.

Quanto aos processos regulatórios, existe um caso específico; a Companhia apresentou à ANAC, em 15 de julho de 2014, revisão de seu cronograma para conclusão das obras da fase I-B do contrato de concessão. Em virtude desse fato, a Companhia recebeu auto de infração da ANAC datado de 28 de julho de 2014, sem imputar valores, em que o órgão regulador apresenta o resultado de sua inspeção ocorrida entre os dias 11 e 13 de maio de 2014, indicando o não cumprimento integral das obras de ampliação do aeroporto. A Companhia apresentou sua defesa em 18/08/2014, que estava sob análise da ANAC. Em 27/05/2016, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) decidiu, em 1ª instância, pela aplicação de multa de R\$ 95.050. Dentro do prazo permitido de 10 dias, foi enviado recurso de defesa à 2ª instância administrativa da agência reguladora. Em 06 de outubro de 2016, a ANAC por meio do Ofício de nº 34 (SEI) /2016/ASTEC – ANAC notificou Viracopos que na 21ª Reunião Deliberativa da Diretoria, foi decidido por unanimidade a anulação da decisão de 1ª instância que aplicou a multa à concessionária no valor de R\$ 95.050, assim reinicia-se o processo instrutório. Em 07 de agosto de 2017, a ANAC notificou a Companhia, aplicando a penalidade de R\$ 97.761, a Administração da Companhia entrou com recurso sobre a penalidade aplicada. Em 20 de fevereiro de 2018, a ANAC julgou o processo e concedeu uma redução no valor multa, cujo valor passou a ser de R\$ 60.048 pelo não cumprimento do prazo de entrega, bem como multa diária no valor de R\$ 600, por dia de atraso, a contar de 11 de maio de 2014, adicionalmente, existe uma ação judicial em tramite na justiça federal onde a concessionária questiona a multa aplicada pela ANAC.

23. Patrimônio líquido

Capital social

O capital subscrito da Companhia se manteve em R\$ 1.586.500, considerando o saldo a integralizar referente à 58.800.000 ações ordinárias emitidas em 07 de junho de 2016, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

O capital autorizado da Companhia foi mantido no valor de R\$ 2.081.105, conforme reunião do Conselho de Administração ocorrida em 5 de fevereiro de 2013.

Em 15 de dezembro de 2017, o acionista privado da Companhia efetuou a integralização total de suas ações, no montante de R\$ 87.840.

Em 18 de dezembro de 2017, o acionista minoritário da Companhia efetuou a integralização parcial de suas ações, no montante de R\$ 25.595, restando um saldo a integralizar de R\$58.800. Este saldo foi totalmente integralizado em 2 de janeiro de 2018, mantendo a proporção da constituição da Companhia.

Em 02 de janeiro de 2018, o acionista minoritário da Companhia integralizou o montante de R\$ 58.800, conforme saldo residual de 31 de dezembro de 2017 a integralizar.

Em 15 de fevereiro de 2018, o acionista privado efetuou uma subscrição de R\$ 72.420, já o acionista minoritário subscreveu R\$ 69.580, totalizando R\$ 142.000, conforme reunião do Conselho de Administração, registrado na rubrica de capital a integralizar.

Remuneração aos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

Segue indicado as demonstrações da mutação do patrimônio líquido:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo líquido do exercício	(407.583)	(1.407.405)
Reserva legal (5%)	-	-
Retenção de lucros (Lei nº 6.404/76, artigo 202 §3º ao 5º)	-	32.320
	(407.583)	(1.375.085)

A seguir, a composição acionária em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Acionistas	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantidade de ações	Valores em R\$ mil	Participação (%)	Quantidade de ações	Valores em R\$ mil	Participação (%)
Aeroportos Brasil S.A.	809.115	809.115	51	809.115	809.115	51
INFRAERO	777.385	777.385	49	718.585	718.585	49
Capital integralizado	1.586.500	1.586.500	100	1.527.700	1.527.700	100
Capital a integralizar	142.000	142.000		58.800	58.800	
Capital subscrito	1.728.500	1.728.500		1.586.500	1.586.500	

24. Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Negócios com cargas	529.509	418.632	529.509	418.630
Negócios com linhas aéreas	170.442	160.609	170.442	160.609
Receitas comerciais	90.182	77.121	90.182	77.121
Estacionamentos	8.727	11.700	8.727	11.590
Publicidade e marketing	1.685	1.063	1.685	1.063
Receita operacional bruta de serviços	800.545	669.125	800.545	669.013
Receita de construção - OCPC 05	2.634	8.900	2.634	8.900
Outras receitas	294	1.611	294	1.613
	803.473	679.636	803.473	679.526
Impostos incidentes sobre receitas e cancelamentos	(110.206)	(93.403)	(110.206)	(93.296)
Receita operacional líquida	693.267	586.233	693.267	586.230

25. Custos dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Gastos com pessoal e encargos sociais	(69.710)	(71.566)	(69.700)	(71.108)
Serviços contratados e locações	(79.509)	(81.837)	(79.502)	(81.738)
Depreciação e amortização	(150.444)	(112.965)	(150.432)	(112.952)
Contribuição mensal	(148.638)	(122.177)	(148.638)	(122.177)
Outorga de concessão - parcela variável	(31.293)	(26.178)	(31.293)	(26.172)
Utilidades e serviços públicos	(5.469)	(10.906)	(5.469)	(10.850)
Seguros e garantias	(7.512)	(11.501)	(7.512)	(11.501)
Materiais de uso e consumo	(10.235)	(6.469)	(10.235)	(6.455)
Outros	(10.750)	(324)	(10.740)	(296)
	(513.560)	(443.923)	(513.521)	(443.249)
Custos de construção - OCPC 05	(2.634)	(8.900)	(2.634)	(8.900)
	(516.194)	(452.823)	(516.155)	(452.149)

26. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Gastos com pessoal e encargos sociais	(21.870)	(30.094)	(21.870)	(30.094)
Serviços contratados e locações	(11.909)	(15.195)	(11.909)	(15.195)
Utilidades e serviços públicos	(6.250)	(6.376)	(6.250)	(6.376)
Provisão para perda de crédito esperadas	(3.639)	35	(3.638)	(53)
Despesas gerais e representações	(12.982)	(4.657)	(12.982)	(4.657)
Honorários de conselheiros	(1.276)	(1.478)	(1.276)	(1.478)
Tributos e contribuições	(100)	(187)	(100)	(187)
Provisões para contingências	(4.568)	(5.780)	(4.575)	(5.757)
Depreciação e amortização	(766)	(772)	(767)	(772)
Materiais de uso e consumo	(255)	(233)	(255)	(233)
Outras	9.324	(16.121)	9.342	(16.119)
	(54.291)	(80.858)	(54.280)	(80.921)

27. Outras receitas e despesas operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Nota 12.b)	(6.438)	(946.840)	(6.438)	(946.840)
Outras	-	(20)	-	(20)
	(6.438)	(946.860)	(6.438)	(946.860)

28. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	17.928	24.776	17.812	23.994
Descontos obtidos e juros ativos	1.689	4.205	1.689	3.989
Variações monetárias ativas	(27)	234	(27)	233
	19.590	29.215	19.474	28.216
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos BNDES	(216.522)	(221.979)	(216.522)	(221.979)
Atualização monetária da outorga fixa (IPCA - IBGE)	(124.780)	(88.436)	(124.780)	(88.436)
Encargos sobre debentures	(61.801)	(51.910)	(61.801)	(51.910)
Recomposição do ajuste ao valor presente da outorga fixa	(118.879)	(116.931)	(118.879)	(116.931)
Juros pagos e incorridos	(27.182)	(49.613)	(27.025)	(48.696)
Outros	(7.276)	(13.410)	(7.224)	(13.276)
	(556.440)	(542.279)	(556.231)	(541.228)
	(536.850)	(513.064)	(536.757)	(513.012)

29. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40(R1).

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2018		31/12/2018	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	7.664	7.663	7.664	7.663
Aplicações financeiras	28.077	28.077	28.077	28.077
Depósitos vinculados	198.408	198.408	198.408	198.408
Clientes	34.419	34.419	34.419	34.419
Partes relacionadas	8.687	9.784	8.687	9.784
Impostos a recuperar	88.291	88.088	88.291	88.088
Depósitos e cauções	31.800	31.800	31.800	31.800
Adiantamentos a fornecedores	9.494	9.494	9.494	9.494
Outros ativos	1.740	1.740	1.740	1.740
	408.580	409.473	408.580	409.473
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	2.395.823	2.395.823	2.395.823	2.395.823
Fornecedores	111.645	111.036	111.645	111.036
Salários e encargos sociais	16.515	16.504	16.515	16.504
Impostos a recolher	108.502	106.320	108.502	106.320
Outorga a pagar	3.203.608	3.201.920	3.203.608	3.201.920
Partes relacionadas	18.365	23.750	18.365	23.750
Outras obrigações	89.609	89.712	89.609	89.712
	5.944.067	5.945.065	5.944.067	5.945.065
	(5.535.487)	(5.535.592)	(5.535.487)	(5.535.592)

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2017		31/12/2017	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	6.974	6.974	6.974	6.974
Aplicações financeiras	74.634	74.634	74.634	74.634
Depósitos vinculados	222.008	215.335	222.008	215.335
Clientes	66.855	66.745	66.855	66.745
Partes relacionadas	6.589	8.371	6.589	8.371
Impostos a recuperar	147.501	147.343	147.501	147.343
Depósitos e cauções	6.272	6.272	6.272	6.272
Adiantamentos a fornecedores	2.771	2.771	2.771	2.771
Outros ativos	1.164	1.144	1.164	1.144
	534.768	529.589	534.768	529.589
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	2.487.149	2.487.149	2.487.149	2.487.149
Fornecedores	106.302	105.746	106.302	105.746
Salários e encargos sociais	16.895	16.884	16.895	16.884
Impostos a recolher	(106.300)	103.503	(106.300)	103.503
Outorga a pagar	2.915.634	2.914.046	2.915.634	2.914.046
Partes relacionadas	6.582	6.585	6.582	6.585
Outras obrigações	237.286	237.286	237.286	237.286
	5.663.548	5.871.199	5.663.548	5.871.199
	(5.341.380)	(5.341.610)	(5.341.380)	(5.341.610)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo também depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

c) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação

O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TJLP e o IPCA/IBGE e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de taxas de câmbio

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a operações com partes relacionadas e fornecedores diversos, além das perdas de receitas derivadas das operações do terminal de cargas de importação e exportação. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária é regulada pelo Poder Concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

e) Risco regulatório

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das atividades aeroportuárias. Em relação a um possível ato político que implique o rompimento da relação contratual, a Companhia considera de probabilidade remota, ainda que se considere o Ofício da ANAC emitido em 09 de fevereiro de 2018, que prevê a instauração de processo administrativo que poderá ensejar na caducidade do Contrato de Concessão. A Administração da Companhia possui planos concretos de integralização de capital e utilização da conta de Reserva de Outorga para pagamento das parcelas vencidas em 2017.

Quanto a eventos provocados pela natureza ou outros, importa ressaltar que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os possíveis riscos.

A geração de caixa futura, a capacidade de obter recursos via captação de financiamentos no mercado e o aporte de capital demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Contrato de Concessão. A Companhia considera que tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

f) Operações com derivativos

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2018 e 2017 operações com derivativos financeiros.

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital nesta fase inicial das suas operações adequando-a as condições econômicas atuais. A Companhia monitora sua alavancagem financeira, considerando prazos de dívidas, liquidez e inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

30. Coberturas de seguros

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, coberturas de seguros nas seguintes modalidades:

- **Garantia de execução contratual** – tem como objeto garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas pela Companhia perante o Poder Concedente, porem por conta do processo de recuperação judicial não foi renovado a apólice;

- **Seguro de responsabilidade civil geral** – tem como objeto reembolsar a Companhia das quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente relativa à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros;
- **Seguro de responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos** – tem como objetivo reembolsar a Companhia das quantias que vier a ser responsável civilmente relativas às reparações por danos corporais e/ou materiais, decorrente das operações;
- **Seguro de riscos operacionais** – tem como objeto cobrir avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista, causados aos itens do patrimônio da Companhia;
- **Seguro de riscos de engenharia e responsabilidade civil geral para as obras** – tem como objetivo garantir o interesse legítimo da Companhia até o limite máximo da garantia prevista, contra danos físicos à propriedade tangível e pelas quais vier a ser responsável civilmente relativas à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros, referentes à execução de obras civis e instalação e montagem relativas ao Novo Terminal de Passageiros (Terminal 1) e Edifício Garagem (EDG) a serem realizadas no Aeroporto de Viracopos;
- **Seguro de responsabilidade civil de administradores – D&O** – tem como objetivo assegurar o patrimônio pessoal de executivos da Companhia, evitando perdas financeiras.

Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	US\$ 500.000	25/05/2018 a 25/05/2019
Riscos operacionais	R\$ 20.000	25/05/2018 a 25/05/2019
Responsabilidade civil geral	R\$ 3.141.820	25/05/2018 a 25/05/2019
Responsabilidade civil de administradores - D&O	R\$ 30.000	27/09/2018 a 27/09/2019

31. Eventos subsequentes

Relicitação

Em 25 de janeiro de 2019, o Ministério da Infraestrutura publicou um edital de convocação para viabilidade de nova licitação da concessão.

Plano de recuperação judicial

No dia 01 de fevereiro de 2019, a justiça aceitou o pedido da Companhia para adiar a primeira assembleia de credores, que deveria votar o plano de recuperação judicial da estrutura. O encontro estava marcado para o dia 12 de fevereiro de 2019. Com a mudança, a nova data foi agendada para 16 de maio de 2019. A votação e aprovação da proposta são apontadas pela concessionária como a solução para a dívida de R\$ 2,88 bilhões do complexo.

A legislação prevê que seja convocada também uma segunda chamada da assembleia, caso a primeira não tenha o número exigido de credores presentes. Anteriormente, a segunda data estava marcada para 26 de fevereiro 2019 e, com o adiamento, ela passou para 30 de maio de 2019, de acordo com a decisão. O pedido para adiar a assembleia foi feito à juíza Thaís Migliorança Munhoz, da 8ª Vara Cível de Campinas, que é a responsável pela recuperação judicial do aeroporto. Na justificativa para solicitar a mudança de data, a concessionária aponta que ainda não foi possível chegar a um consenso com os credores para que a proposta seja aprovada.

Poder concedente

Ainda no mês de fevereiro de 2019, a ANAC divulgou o valor da multa diária pelo atraso na entrega das obras do novo terminal, acumulando o montante de R\$ 324.462 apurado até 14 de agosto de 2018. A concessionária recorreu administrativamente desta decisão.

Secretaria de Aviação Civil (SAC)

Em fevereiro de 2019, a Companhia foi eleita como melhor aeroporto do País no ano de 2018 nas pesquisas feitas pela Secretaria de Aviação Civil (SAC) junto aos usuários dos 20 maiores aeroportos do país.

Contrato com a ESTAPAR

Conforme mencionado na nota 10 de Investimentos, houve o pedido de interdito proibitório para continuação das operações do estacionamento e em 13 de fevereiro de 2019 foi deferido pelo Juiz o sobrestamento do feito por 30 dias que irá vencer em no mês de abril de 2019.

* * *